

DOCUMENTAÇÃO POPULAR: considerações Teóricas*

Maria Mercedes Otero Rocha**

Resumo

Descreve o novo papel que a documentação passa a ter no Brasil a partir de 1964, sua emergência e vinculação com o movimento popular. Conceitua a documentação sob forte caráter social e político, que deu origem à chamada "documentação popular". Aponta as diferenças existentes e destaca a influência do movimento de documentação popular no espaço formal da biblioteconomia e documentação.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, a partir de 1964, a documentação assumiu um papel relevante e significativo no âmbito da Igreja e de outras organizações que trabalhavam com as classes populares. Em virtude desse papel, surgiram, fora do espaço governamental, centros de documentação denominados populares, cujo objetivo era dar apoio no campo da documentação e informação, ao movimento popular. Foram surgindo, passo a passo, com as tentativas de mobilização e organização popular, pós-64, consolidando-se como fenômeno social, a partir dos anos setenta. Dessa maneira, a documentação passou a ser um instrumento de educação, de organização e de preservação da memória do movimento popular.

A documentação popular está vinculada à problemática dos movimentos sociais, dentre os quais se volta para o movimento popular, que apareceu no país na década de 70, uma vez que a prática da documentação popular surgiu para atender a uma necessidade de informação daqueles que faziam esse movimento, que se constituiu a partir das camadas sociais mais pobres da sociedade brasileira.

A documentação popular foi um movimento que emergiu fora do espaço institucional da biblioteconomia e dos centros de documentação. Consolidando-se à margem e fora do âmbito de ação dos profissionais da área, tornou-se uma prática com um enfoque clara e assumidamente político, a favor das classes populares, e a documentação foi considerada um instrumento fundamental para a mudança social.

Este artigo trata, em seu primeiro item, do conceito de documentação no seu espaço formal e institucional, para, nos itens seguintes, entrar no referencial teórico sobre documentação popular e as diferenças existentes entre documentação e documentação popular.

*Constitui-se originalmente como parte do capítulo "Documentação e Movimento Popular: problematização dos aspectos teóricos", na dissertação "Documentação e Movimento Popular: estudo da experiência do SEDIPO - Serviço de Documentação e Informação Popular-Recife", citada na bibliografia deste trabalho.

**Professora Assistente do Departamento de Biblioteconomia da UFPE

2 DOCUMENTAÇÃO

A documentação é definida pela Federação Internacional de Documentação (FID), como o processo de "reunir, classificar e difundir documentos em todos os campos da atividade humana". Essa definição clássica, elaborada durante a X Conferência Internacional de Bibliografia, data de 1931 (ROBREDO, 1978, p.1).

Briet (1960, p.11), define o documento como "todo índice concreto ou simbólico, conservado ou registrado a fim de representar, reconstituir ou provar um fenômeno físico ou intelectual."

Robredo (1978), descreve o processo da documentação, ou ciclo documentário completo, como um sistema ao qual chega uma série de elementos para serem tratados e convertidos num produto mais fácil de difundir ou de ser assimilado pelo usuário

Diz Smit (1986, p.12) que

entre a enxurrada de publicações e as pessoas que precisam das informações contidas nestas publicações, a necessidade fez surgir uma espécie de filtro, um filtro que seleciona e organiza informações, chamando a atenção para as principais. Este filtro é a documentação.

A origem da documentação está vinculada à explosão da investigação técnica e científica da segunda metade do século XIX. Nessa época, o capitalismo engendra

uma cultura inédita e uma arte peculiar. confere ao conhecimento científico da natureza funções outrora desconhecidas, relacionando-o estreitamente à produção [...] nele a economia e a sociedade são organizadas de modo particular, submetidas ambas a uma estratégia global e a uma lógica específica (a da valorização do capital). Configura-se assim um novo padrão de vida social, aquele centralizado na civilização urbano-industrial. (NETTO, 1986, p.11).

Desse modo, o século XIX é considerado a fase de maior criação do capitalismo, quando o lugar da filosofia e da religião é ocupado pela ciência, e o ideal do progresso científico e técnico tem valores quase religiosos (CATANI, 1986). Uma das características do capitalismo seria a substituição dos processos espontâneos de invenção por um sistema codificado de descobrimento e aplicação tecnológicos.

Nesse contexto, procede o que Bradford (1961, p.180) coloca a respeito de Paul Otlet e H.La Fontaine que estabeleceram as bases de um movimento internacional de documentação, em 1892: o que

os dois fundadores compreenderam é que tanto o material técnico quanto o científico precisavam não só de serem catalogados e resumidos, mas também classificados por assuntos, de modo que a informação sobre um tópico específico pudesse ser encontrada quando necessária. Esses fatos, tão óbvios para nós agora, decorreram do desenvolvimento industrial.

A função da documentação foi, então, a de organizar o conhecimento científico a ser utilizado, principalmente na produção industrial, contribuindo para a aliança entre ciência e tecnologia. Seu papel sempre esteve ligado às atividades técnicas e científicas.

No Brasil, a documentação não fugiu à regra geral: até pouco tempo, todos os serviços existentes no país, sempre tiveram por objetivo atender à demanda científica e tecnológica.

3 DOCUMENTAÇÃO POPULAR

A documentação popular surgiu nas duas últimas décadas, não só no Brasil, mas em toda a

América Latina, com uma nova perspectiva e segundo um enfoque claramente político, a favor das classes populares. Parte do princípio, como afirma a *Comisión Evangélica Latino-Americana de Educación Cristiana* - CELADEC (1981, p.1), a partir de trabalho elaborado pelo Centro de Documentação Uruguaio da América Latina - CEDUAL - de que "a informação dos setores dominantes é desinformação para os setores populares" e ainda que "a informação não é acessível a todos, ela está elaborada por e para uma elite."

Dentro, ainda, do seu princípio inicial, o CELADEC (1981, p.2) considera a documentação popular um instrumento para a mudança social.

Diante de uma documentação que serve de instrumento do sistema capitalista, desorganizando e desmobilizando o povo, surge a necessidade de realizar uma documentação libertadora que seja um instrumento da libertação popular, que ajude no processo de educação, proporcionando aos setores populares informação verdadeira e objetiva, que responda a suas necessidades e interesses, servindo, assim, para conscientizar e não para alienar. Uma documentação que tenha a intenção de iniciar o rompimento do monopólio da informação e do conhecimento mantido pelos setores dominantes, colocando a informação e o conhecimento a serviço dos explorados e oprimidos.

Em uma sociedade de classes, a documentação é um produto social que, normalmente, se encontra separado da prática popular, seja porque o povo não tem acesso à documentação que contém a informação básica sobre a realidade econômica, social, política e cultural, seja porque o povo não traduz sua própria prática em documentos.

A definição da documentação popular também passa pelo político mais do que pelo técnico, como vemos a seguir:

Dentro de uma perspectiva de classe, a documentação não pode definir-se de maneira neutra, como uma técnica para reunir, ordenar e divulgar informações diversas, cobrindo todos os campos da atividade humana.

A documentação também não se define como a cópia sistemática de dados, à espera de um eventual consumidor ou para que uma pequena elite se sirva dos mesmos. Ao contrário, devemos defini-la como uma fase dos processos de comunicação popular, pois a informação recolhida e processada deve converter-se em mensagens que garantam o conhecimento e a formação a que fizemos referência.

A documentação define-se, então, como uma tarefa sistemática que contribui para que a sociedade tome conhecimento das contradições que a atravessam, das forças que lutam, orientando este conhecimento para a formação teórica e política dos setores populares (CELADEC, 1981, p.3).

Conforme, ainda, o CELADEC (1981), para que a documentação popular seja uma ferramenta no processo de educação e organização populares, devem ser cumpridas as seguintes metas:

- Responder às necessidades concretas das tarefas e lutas populares.
- Auxiliar no reconhecimento da classe e da situação de dominação. Ser veículo de organização dos setores populares.
- Ser uma das formas de tornar acessível o conhecimento para os setores populares.

O CELADEC (1981, p.3) apresenta, também, os princípios metodológicos básicos da documentação popular:

As forças sociais que compõem o movimento popular, por serem os protagonistas da transformação histórica, são os atores sociais centrais da tarefa de documentação. -A seleção das fontes para esse trabalho documental deve ser realizada com base nos

critérios fundamentais anteriormente citados. Os sistemas de documentação a utilizar (coleta e classificação) devem permitir a análise do conflito e a correta localização das contradições principais e secundárias. Do contrário, podemos cair em esquemas que apaguem o significado das informações e dados coletados.

O documento é considerado, pela documentação popular, como a base do trabalho, e é definido em seu sentido restrito e amplo.

Em sentido restrito, o documento é uma peça de informação: uma notícia, uma dissertação, uma carta, uma declaração etc. Supõe uma publicação eventual, não uma publicação seriada e é de importância ou relevância imediata ou potencial para a reconstrução histórica dos fatos e circunstâncias implícitas no documento. Possui uma origem determinada que lhe imprime certas características e limitações, embora, em muitos casos, seu interesse chegue a transcender sua própria origem. Em sentido amplo, a documentação ou banco de dados implica não só documentos no sentido restrito [...] mas periódicos, imprensa classificada [...], imprensa popular ou marginal, revistas, notícias de agências (telex, telegramas etc), livros, materiais elaborados pelos próprios centros de documentação, bibliografias, mapas e plantas, material áudio-visual, fotografias etc. (CPV, 1985, p.4)

Quanto às formas de processamento técnico na documentação popular, estas vão desde meios simples e improvisados, até meios sofisticados, tais como microfilmagem e automação. Acredita-se, porém, não existir ainda um consenso ou unanimidade em torno desta questão técnica. Na documentação popular, o problema dos métodos empregados não é um problema resolvido, porque há relutância em usar os sistemas convencionais e recomenda-se adotar um sistema que consiga atender aos temas fundamentais para o movimento popular.

Em 1984, o Centro Ecumênico de Documentação e Informação - CEDI – reconhece que: "A necessidade de se adotar um padrão mais sofisticado no trato da informação é que nos parece ainda não ser um ponto pacífico entre os que se dedicam a esta prática, desejando servir ao movimento popular." (MEMÓRIA, 1984, p.3)

E continua, a respeito da documentação e da documentação popular: "[...] a diferença fundamental está no tipo de fontes de informação documentadas e no destinatário da informação [...] O modo de processar pode ser bem semelhante nos dois casos. A escolha depende muito mais dos recursos disponíveis." (MEMÓRIA, 1984, p.6)

O CEDI também analisa algumas correntes de opinião sobre a questão técnica que aparecem na documentação popular, tais como:

-Tudo que se conhece em matéria de técnicas de documentação é comprometido com o sistema, desde o discurso até as práticas.

-A mediação do técnico entre o acervo e o movimento popular é uma forma de manipulação. (MEMÓRIA, 1984, p. 7)

Nessa questão, o CEDI considera mais importante ter a técnica como aliada, tentando adaptar o que já existe dentro do que se pretende atender, e não, ao contrário, perder tempo transformando técnicas correntes, consideradas comprometidas com o sistema. Com isso adota a posição de que o apoio ao movimento popular merece o maior grau possível de sofisticação. Embora sabendo que muitas dificuldades, neste campo, decorrem da falta de recursos, observa que "o maior bloqueio para sofisticar o processamento técnico num serviço de documentação decorre muito mais de preconceitos do que dos recursos de que se dispõe." (MEMÓRIA, 1984, p.8)

Apesar dos avanços, verifica-se que grande parte dos centros de documentação popular não produziram uma teoria que oriente a atividade. Alguns centros têm conseguido sistematizar suas tarefas, mas a grande maioria trabalha a partir de uma grande criatividade.

Diante da constatação de que a prática da documentação popular é incompleta e que ainda não

soluciona determinados problemas, são apontadas duas razões: a primeira é a falta de reflexão sobre o assunto, e a segunda é a falta de um trabalho de documentação constante e sistemático. Como vimos, o CEDI aponta mais uma razão que é a resistência em usar as técnicas convencionais.

A documentação popular, cujo suporte ideológico é a teologia da libertação, embora já manifeste uma preocupação com a questão técnica, tem um significado muito mais político, econômico e social, trazendo, para o centro da questão, a luta de classes e a libertação dos oprimidos, colocando a documentação como um instrumento pedagógico para a mudança social, dentro da perspectiva das classes populares.

Contrapõe-se, desta maneira, à visão da neutralidade técnica e da despolitização com que é vista a documentação tradicional, que tem marcado profundamente o pensamento e as atitudes de gerações de documentalistas e bibliotecários.

4 DIFERENÇAS ENTRE DOCUMENTAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO POPULAR

O estudo da documentação popular aponta-nos diferenças existentes entre documentação e documentação popular, apresentadas a seguir:

Conceito: Define-se a documentação como "o processo de reunir, classificar e difundir documentos em todos os campos do conhecimento humano." (ROBREDO, 1978, p.1). A documentação popular se define como "uma tarefa sistemática que contribui para que a sociedade tome conhecimento das contradições que a atravessam e das forças que lutam, orientando este conhecimento para a formação teórica e política dos setores populares." (CELADEC, 1981, p.3)

Metas principais: A documentação surgiu tendo por meta principal organizar o material técnico e científico, respondendo às necessidades do desenvolvimento industrial. A documentação popular constituiu-se tendo por meta principal responder às necessidades de informação do movimento popular.

Posicionamento político: Enquanto a documentação posiciona-se como científica, apolítica e neutra, na documentação popular, o posicionamento político aparece claramente a favor das classes populares, considerando a documentação como um instrumento para a mudança social.

Fontes: A documentação é mais abrangente e, em princípio, tem como protagonista da tarefa documental todos os campos da atividade humana, enquanto a documentação popular tem como protagonista principal, as forças sociais que compõem o movimento popular e como fato central, a ser documentado, as contradições sociais.

Sistemas de processamento: Tecnicamente, a documentação vem atingindo patamares cada vez mais elevados e sofisticados nos sistemas adotados no tratamento da documentação. Na documentação popular, este é um problema não resolvido, em virtude da falta de um trabalho sistemático e de uma teoria que o oriente e da rejeição aos sistemas convencionais.

Destinatários: Os destinatários da documentação são, e sempre foram, os intelectuais, os cientistas, os eruditos, todos os segmentos das forças sociais que compõem a classe dominante. Os destinatários da documentação popular são aquelas forças sociais que compõem o movimento popular, incluindo os ignorantes e os explorados.

Podemos, portanto, concluir que a documentação popular representa a antítese da documentação dentro do seu espaço institucional.

5 CONCLUSÃO

No Brasil, o fato histórico que favoreceu a emergência dessa nova prática de documentação foi a ditadura instalada pelo golpe militar de 1964 que reprimiu os canais tradicionais de representação popular, tendo como consequência novas formas de manifestações populares, a partir da década de

70, que, no seu processo organizativo, foram criando novas necessidades, entre elas a prática da documentação.

O movimento de documentação popular emergiu e consolidou-se sem a participação de bibliotecários e documentalistas, constituindo-se em um movimento à margem dessa categoria profissional. Mas ressonâncias desse movimento chegam ao espaço formal da biblioteconomia e da documentação, levando alguns segmentos da categoria profissional a fazer uma revisão de seu conhecimento da realidade social. O XI Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, realizado em João Pessoa, em 1982 e a linha adotada pelo Curso de Mestrado de Biblioteconomia da UFPB são exemplos da influência de um movimento que criou novos padrões de documentação, ampliando os segmentos sociais que podem utilizá-lo.

Portanto, concluímos que na prática do trabalho documental, a documentação e a documentação popular ocupam posições opostas, o que se evidencia, claramente, através do estudo de seus conceitos, metas, posicionamento político, fontes, grau de sistematização e destinatários.

POPULAR DOCUMENTATION: a theoretical approach

Abstract

This article describes the new role of information in Brazil starting in 1964, and its emergence and links with the popular movement. It defines documentation from another point of view based firmly on social and political considerations. This gave rise to what has become known as "popular documentation". It points out existing differences and emphasises the influence of the movement of popular documentation on the traditional activities of Library Science and Documentation.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRADFORD, S. C. **Documentação**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961. 292p.

BRIET, S. **Quê es Ia documentación?** Santa Fé: Universidad Nacional dei Litoral, 1960. 59 p.

CATANI, A. **O que é capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1986.57p.

CELADEC. **Definição e conteúdo da documentação popular**. São Paulo: CPV, 1981. 11 p. (Programa de Documentação 1/81).

CPV. **Discutindo documentação**. São Paulo, 1985. 50 p. (Série de Documentação, 2)

MEMÓRIA. Rio de Janeiro: CEDI, v. 1, n. 7, 1984.

NETTO, J. P. **O que é marxismo**. São Paulo: Brasiliense,1986.63p.

ROBREDO, J. **Documentação de hoje e de amanhã**. Brasília: ABDF, 1978. 171p.

ROCHA, Maria Mercedes Otero. **Documentação popular e movimento popular:** estudo da experiência do SEDIPO - Serviço de Documentação e Informação Popular - Recife. João Pessoa, 1990. 111 p. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia). Universidade Federal da Paraíba, 1990.

SMIT, J. **O que é documentação**. São Paulo: Brasiliense,1986. 54p.